



PROVA SUBJETIVA - GRUPO I

DADOS DO CANDIDATO

1. Preencha com **LETRA DE FORMA** os campos abaixo, assinando a seguir:

Nome: _____

Nº de Inscrição: _____ CPF: _____ UF: _____

Assinatura: _____

ORIENTAÇÕES

2. **VERIFIQUE**, com muita atenção, se este caderno de prova contém:
 - 1 questão na primeira parte, redação de texto, valendo 40 pontos;
 - 6 questões na segunda parte, valendo 10 pontos cada; e
 - 12 folhas pautadas para respostas (frente e verso). Não serão fornecidas folhas pautadas adicionais.
3. Será distribuído 5 folhas de papel A4 para rascunho por candidato.
4. **Informe ao supervisor de sala**, caso identifique algum dos seguintes itens no caderno de prova: página ilegível, repetida, ausente ou impressão defeituosa.
5. **Utilize folhas individuais para cada questão, numerando-as**. O verso só deve ser utilizado para **continuação de uma mesma questão**.
6. **Observe o limite de linhas para as respostas**, caso o examinador tenha fixado, pois a resposta que exceder ao número de linhas fixado não será considerado, para fins de avaliação, em hipótese alguma.
7. **O candidato deverá**, sob pena de desclassificação e não correção de suas provas, **redigir suas respostas com letra legível**.
8. A prova terá duração de **4 horas**, não podendo o candidato, sob pena de eliminação, retirar-se antes de decorridos **90 minutos** do respectivo início, devendo permanecer na sala até a entrega da última prova pelo menos 3 candidatos.
9. Será eliminado o candidato que retirar, ao fim da prova, caderno da prova subjetiva. As folhas de rascunho poderão ser levadas ao final da prova.
10. O material de consulta **deverá observar as normas consignadas no art. 57** da Resolução CSMPF nº 219/2022.
11. **É vedado** ao candidato, sob pena de nulidade da prova, **inserir no corpo da prova** o seu nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificá-lo, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente.
12. Terá a prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso o candidato que, durante a sua realização, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos (§ 5º do art. 58 da Resolução CSMPF nº 219/2022).

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
30º Concurso de Procurador da República
Prova Subjetiva – Grupo I

PRIMEIRA PARTE
Questão valendo 40 pontos

Considerando-se as competências constitucionais, as capacidades institucionais, a efetividade dos direitos fundamentais, a representação política dos Poderes Legislativo e Executivo, a reserva do possível, o estado de coisas inconstitucional, a vedação ao retrocesso, o ativismo judicial e temáticas correlatas, disserte sobre o cabimento, limites e possibilidades de “*medidas judiciais estruturais*” no âmbito da jurisdição constitucional do Supremo Tribunal Federal.

Limite máximo de 60 linhas.

SEGUNDA PARTE
6 questões valendo 10 pontos cada

1. No que concerne ao Direito Constitucional Intertemporal, disserte sobre o fenômeno da retroatividade das normas constitucionais originárias. Na dissertação, defina e forneça exemplos de retroatividade mínima, média e máxima, apontando qual o posicionamento do Supremo Tribunal Federal a respeito do tema.

Limite máximo de 20 linhas.

2. Explique o que se entende por separação vertical dos poderes, esclarecendo se essa categoria é utilizada em julgados do Supremo Tribunal Federal.

Limite máximo de 20 linhas.

3. Discorra sucintamente sobre o conteúdo e a importância do Protocolo de Istambul e instrumentos correlatos (Regras Nelson Mandela e de Bangkok) no contexto da proteção internacional aos direitos humanos, tratando ainda da respectiva natureza jurídica e apontando a existência de normas legais ou infralegais brasileiras que incorporem o Protocolo.

Limite máximo de 20 linhas.

4. Discorra brevemente sobre os Princípios de Yogyakarta: contexto da elaboração, natureza jurídica e conteúdo, mencionando ainda eventuais julgados que tenham invocado tais princípios.

Limite máximo de 20 linhas.

5. O que levou a jurisprudência e a ordem normativa, no caso de transferência sem justa causa do partido pelo qual o agente foi eleito para outro, a estabelecer efeitos diferentes, conforme as eleições tenham obedecido o sistema proporcional ou o majoritário?

Limite máximo de 15 linhas.

6. Analise se há capitulação da infração eleitoral cível de captação ilícita de sufrágio nas situações abaixo e indique as consequências jurídicas de cada uma também sob o ângulo das suas implicações eleitorais cíveis:

6.1. Um dia antes das eleições, o candidato **A** paga ao cidadão **B** 200 reais para que vote nele para prefeito. O candidato, afinal, é eleito com uma margem ampla de votos com relação ao segundo colocado.

6.2. A 30 dias das eleições, o candidato **A**, numa reunião com número expressivo de cidadãos, promete que, se eles, eleitores, votarem nele, pagará todo o combustível que tiverem gasto durante aqueles 30 dias. O candidato **A** é eleito, mas não cumpre a sua promessa.

6.3. Em fevereiro do ano em que as eleições acontecerão, o dentista **A**, anuncia, com grande divulgação no seu município, que durante todo o mês de março realizará tratamento gratuito em todos os cidadãos da cidade que se comprometerem a votar nele, nas eleições para prefeito de outubro. O dentista é eleito por uma margem apertada de votos.

6.4. O candidato a prefeito **A**, durante o período de propaganda gratuita, dirige-se aos desempregados do município, e lhes garante que, durante o seu mandato, haverá de trazer fábricas para a cidade, a fim de que, assim, todos possam conseguir empregos brevemente.

Limite máximo de 10 linhas para cada subitem.



PROVA SUBJETIVA - GRUPO II

DADOS DO CANDIDATO

1. Preencha com **LETRA DE FORMA** os campos abaixo, assinando a seguir:

Nome: _____

Nº de Inscrição: _____ CPF: _____ UF: _____

Assinatura: _____

ORIENTAÇÕES

2. **VERIFIQUE**, com muita atenção, se este caderno de prova contém:
 - 1 questão na primeira parte, redação de texto, valendo 40 pontos;
 - 6 questões na segunda parte, valendo 10 pontos cada; e
 - 12 folhas pautadas para respostas (frente e verso). Não serão fornecidas folhas pautadas adicionais.
3. Será distribuído 5 folhas de papel A4 para rascunho por candidato.
4. **Informe ao supervisor de sala**, caso identifique algum dos seguintes itens no caderno de prova: página ilegível, repetida, ausente ou impressão defeituosa.
5. **Utilize folhas individuais para cada questão, numerando-as**. O verso só deve ser utilizado **para continuação de uma mesma questão**.
6. **Observe o limite de linhas para as respostas**, caso o examinador tenha fixado, pois a resposta que exceder ao número de linhas fixado não será considerado, para fins de avaliação, em hipótese alguma.
7. **O candidato deverá**, sob pena de desclassificação e não correção de suas provas, **redigir suas respostas com letra legível**.
8. A prova terá duração de **4 horas**, não podendo o candidato, sob pena de eliminação, retirar-se antes de decorridos **90 minutos** do respectivo início, devendo permanecer na sala até a entrega da última prova pelo menos 3 candidatos.
9. Será eliminado o candidato que retirar, ao fim da prova, caderno da prova subjetiva. As folhas de rascunho poderão ser levadas ao final da prova.
10. O material de consulta **deverá observar as normas consignadas no art. 57** da Resolução CSMPF nº 219/2022.
11. **É vedado** ao candidato, sob pena de nulidade da prova, **inserir no corpo da prova** o seu nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificá-lo, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente.
12. Terá a prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso o candidato que, durante a sua realização, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos (§ 5º do art. 58 da Resolução CSMPF nº 219/2022).

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
30º Concurso de Procurador da República
Prova Subjetiva – Grupo II

PRIMEIRA PARTE
Questão valendo 40 pontos

O Ministério Público Federal instaurou inquérito civil público, tendente à análise de propositura de ação de improbidade e ação de reparação de danos, em razão de noticiado pretendo dano ao patrimônio público ocasionado numa autarquia federal que teria procedido a renúncia à prescrição, lastreada em parecer de seu procurador autárquico. Aprecie todos os argumentos contrários e favoráveis ao cabimento/descabimento nesse caso de:

- a) renúncia à prescrição pela Administração Pública;
- b) ação de improbidade e ação de reparação de danos; e
- c) responsabilização do procurador autárquico nessas ações.

SEGUNDA PARTE
6 questões valendo 10 pontos cada

1. Examine os conceitos de obrigações ambulatorias, dano ambiental interino e dano moral coletivo ambiental. Apresente as correlações existentes entre esses conceitos no Direito Ambiental e formule um exemplo de um caso fictício, na competência da Justiça Federal, em que esses institutos e suas correlações se façam presentes.

2. O instituto de origem europeia da discricionariedade imprópria, ou técnica, e a doutrina Chevron norte-americana são admitidos pelo Supremo Tribunal Federal do Brasil? São cabíveis em Direito Administrativo e Direito Ambiental no Brasil? Justifique e fundamente, demonstrando o domínio desses conceitos.

3. Discorra sobre o princípio da capacidade contributiva e outros princípios constitucionais correlatos.

Limite máximo de 20 linhas.

4. Distinga decadência de prescrição em Direito Tributário, delineando cada um dos institutos.

Limite máximo de 20 linhas.

5. Na capital do Estado A, manifestantes acamparam diante da Embaixada do Estado B, protestando contra o governo de B, com vigilância e barreira de contenção feita por alguns membros das forças policiais do Estado A. Porém, após alguns meses, os manifestantes romperam a barreira policial e invadiram o prédio da Embaixada, depredando os recintos diplomáticos. No dia seguinte, houve o envio de reforços policiais e os manifestantes foram retirados da Missão Diplomática.

Responda:

- a. O Estado A pode ser responsabilizado, à luz do Direito Internacional, pelos danos causados à Missão Diplomática? Justifique.
- b. Quais são as excludentes de responsabilidade admitidas pelo Direito Internacional?
- c. Caso o Estado A seja uma federação e a proteção aos recintos diplomáticos seja incumbência de forças policiais de ente federado autônomo, é admitida a desoneração da responsabilidade internacional de A? Justifique.
- d. Desconsiderando a anuência do Chefe da Missão Diplomática, a inviolabilidade dos locais da Missão Diplomática é absoluta? Justifique.

Limite máximo de 20 linhas para a questão.

6. No que tange à ordem pública no Direito Internacional Privado, explique:
a) sua incidência; b) suas funções; c) sua relatividade; e d) modos de eliminação do risco de ofensa da alteridade e do direito à diferença.

Limite máximo de 20 linhas.



PROVA SUBJETIVA - GRUPO III

DADOS DO CANDIDATO

1. Preencha com **LETRA DE FORMA** os campos abaixo, assinando a seguir:

Nome: _____

Nº de Inscrição: _____ CPF: _____ UF: _____

Assinatura: _____

ORIENTAÇÕES

2. **VERIFIQUE**, com muita atenção, se este caderno de prova contém:

- 1 questão na primeira parte, redação de texto, valendo 40 pontos;
- 6 questões na segunda parte, valendo 10 pontos cada; e
- 12 folhas pautadas para respostas (frente e verso). Não serão fornecidas folhas pautadas adicionais.

3. Será distribuído 5 folhas de papel A4 para rascunho por candidato.

4. **Informe ao supervisor de sala**, caso identifique algum dos seguintes itens no caderno de prova: página ilegível, repetida, ausente ou impressão defeituosa.

5. **Utilize folhas individuais para cada questão, numerando-as**. O verso só deve ser utilizado para **continuação de uma mesma questão**.

6. **Observe o limite de linhas para as respostas**, caso o examinador tenha fixado, pois a resposta que exceder ao número de linhas fixado não será considerado, para fins de avaliação, em hipótese alguma.

7. **O candidato deverá**, sob pena de desclassificação e não correção de suas provas, **redigir suas respostas com letra legível**.

8. A prova terá duração de **4 horas**, não podendo o candidato, sob pena de eliminação, retirar-se antes de decorridos **90 minutos** do respectivo início, devendo permanecer na sala até a entrega da última prova pelo menos 3 candidatos.

9. Será eliminado o candidato que retirar, ao fim da prova, caderno da prova subjetiva. As folhas de rascunho poderão ser levadas ao final da prova.

10. O material de consulta **deverá observar as normas consignadas no art. 57** da Resolução CSM PF nº 219/2022.

11. **É vedado** ao candidato, sob pena de nulidade da prova, **inserir no corpo da prova** o seu nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificá-lo, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente.

12. Terá a prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso o candidato que, durante a sua realização, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos (§ 5º do art. 58 da Resolução CSM PF nº 219/2022).

PRIMEIRA PARTE
Questão valendo 40 pontos

Dissertação

“Dos recursos no processo civil”

Aborde os seguintes aspectos da temática:

- a) os recursos e os demais meios de impugnação das decisões judiciais;
- b) classificação dos recursos;
- c) princípios recursais;
- d) juízo de admissibilidade e seus pressupostos;
- e) juízo de mérito, *error in procedendo* e *error in iudicando*;
- f) efeitos dos recursos; e
- g) espécies recursais.

Limite máximo de 50 linhas para a questão.

SEGUNDA PARTE
6 questões valendo 10 pontos cada

1. Estabeleça a distinção entre cláusula geral e conceito jurídico indeterminado e exemplifique.

Limite máximo de 10 linhas para a questão.

2. Discorra, nos termos da atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, sobre a natureza dos sistemas de *scoring* e a possibilidade de violação dos princípios e regras do Código de Defesa do Consumidor capaz de gerar indenização.

Limite máximo de 20 linhas para a questão.

3. A doutrina brasileira reconhece a existência de duas teorias aplicáveis à desconsideração da personalidade jurídica: a Teoria Maior e a Teoria Menor. Em que consiste cada uma dessas teorias e qual delas é adotada: **a)** no Código Civil; **b)** no Código de Defesa do Consumidor; e **c)** na Lei de Crimes Ambientais (Lei n. 9.605/1998)?

Limite máximo de 12 linhas para a questão.

4. À luz da atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, discorra sobre os pressupostos para responsabilização civil dos provedores de aplicações de internet pela veiculação de material ofensivo gerado por terceiros, fazendo distinção entre fatos ocorridos antes e depois da entrada em vigor da Lei n. 12.965/2014 (Marco Civil da Internet).

Limite máximo de 12 linhas para a questão.

5. Disserte sobre a proteção do consumidor como fundamento da defesa da concorrência nas decisões das Autoridades Antitruste, nos âmbitos:

- a) do combate aos cartéis;
- b) dos atos de concentração; e
- c) dos danos concorrenciais.

Limite máximo de 20 linhas para a questão.

6. Disserte sobre o cartel de configuração *hub and spoke*, relativamente:

- a) à sua caracterização;
- b) ao padrão de execução;
- c) às maneiras em que pode se dar;
- d) à sua distinção dos cartéis comuns; e
- e) ao seu enquadramento legal.

Limite máximo de 20 linhas para a questão.



PROVA SUBJETIVA - GRUPO IV

DADOS DO CANDIDATO

1. Preencha com **LETRA DE FORMA** os campos abaixo, assinando a seguir:

Nome: _____

Nº de Inscrição: _____ CPF: _____ UF: _____

Assinatura: _____

ORIENTAÇÕES

2. **VERIFIQUE**, com muita atenção, **se este caderno de prova contém:**
 - 1 questão na primeira parte, redação de texto, valendo 40 pontos;
 - 6 questões na segunda parte, valendo 10 pontos cada; e
 - 12 folhas pautadas para respostas (frente e verso). Não serão fornecidas folhas pautadas adicionais.
3. Será distribuído 5 folhas de papel A4 para rascunho por candidato.
4. **Informe ao supervisor de sala**, caso identifique algum dos seguintes itens no caderno de prova: página ilegível, repetida, ausente ou impressão defeituosa.
5. **Utilize folhas individuais para cada questão, numerando-as.** O verso só deve ser utilizado **para continuação de uma mesma questão.**
6. **Observe o limite de linhas para as respostas**, caso o examinador tenha fixado, pois a resposta que exceder ao número de linhas fixado não será considerado, para fins de avaliação, em hipótese alguma.
7. **O candidato deverá**, sob pena de desclassificação e não correção de suas provas, **redigir suas respostas com letra legível.**
8. A prova terá duração de **4 horas**, não podendo o candidato, sob pena de eliminação, retirar-se antes de decorridos **90 minutos** do respectivo início, devendo permanecer na sala até a entrega da última prova pelo menos 3 candidatos.
9. Será eliminado o candidato que retirar, ao fim da prova, caderno da prova subjetiva. As folhas de rascunho poderão ser levadas ao final da prova.
10. O material de consulta **deverá observar as normas consignadas no art. 57** da Resolução CSM PF nº 219/2022.
11. **É vedado** ao candidato, sob pena de nulidade da prova, **inserir no corpo da prova** o seu nome, assinatura, local de realização ou qualquer outra anotação ou sinal que possa identificá-lo, sendo vedado também o uso de líquido corretor de texto e de caneta hidrográfica fluorescente.
12. Terá a prova anulada e será automaticamente eliminado do concurso o candidato que, durante a sua realização, for surpreendido portando aparelhos eletrônicos (§ 5º do art. 58 da Resolução CSM PF nº 219/2022).

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
30º Concurso de Procurador da República
Prova Subjetiva – Grupo IV

PRIMEIRA PARTE
Questão valendo 40 pontos

Com base na notícia transcrita a seguir, redija: uma *Denúncia*, na forma do art. 41 do CPP. **Não há necessidade de qualificação dos denunciados, bastando citar os nomes**; e que outras providências você adotaria no caso? Justifique.

Considere ainda que: a) O inquérito policial, já concluído, indiciou Antonio Molina, Bernardo Lopez e Célia Silva, que estavam no avião quando da apreensão da droga, na forma do art. 29 do CP; b) Antonio e Bernardo são reincidentes; c) Antonio, Bernardo e Célia estão presos por força de prisão temporária, que expirará em breve; d) Antonio e Bernardo se identificaram com nomes falsos e passaportes ideologicamente falsificados no Brasil por pessoa desconhecida; e) no relatório, o Delegado de Polícia Federal afirma que “apesar de Molina e Lopez a inocentarem, e ela própria negar veementemente a participação no crime, é impossível que Célia Silva não tivesse conhecimento do transporte da droga, e que não tivesse de algum modo concorrido para o crime dolosamente”; f) Antonio e Bernardo confessaram os crimes.

Eis a notícia:

“A PF (Polícia Federal) apreendeu 1,3 tonelada de cocaína pura em um jato comercial que se preparava para decolar do aeroporto de Fortaleza, no Ceará, com destino a Bruxelas, na Bélgica. A droga tinha sido embarcada em Ribeirão Preto, no interior de São Paulo. Houve tentativa de fuga com o avião no momento da abordagem da PF.

Antonio Molina e Bernardo Lopez, cidadãos espanhóis, piloto e copiloto da aeronave, respectivamente, foram presos em flagrante delito, juntamente com Célia Silva, de 20 anos, brasileira, grávida de três meses, companheira do piloto Molina. Molina e Lopez confessaram a participação no crime, mas sem indicar a origem e o destino final da droga. Afirmaram que receberiam 100 mil euros pelo transporte da droga. Disseram que Célia não tinha conhecimento da droga ilícita e que ela nada receberia, pois apenas acompanhava Molina. Célia disse que de nada sabia, que apenas acompanhava Molina, e que estava surpresa e decepcionada com tudo aquilo.

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
30º Concurso de Procurador da República
Prova Subjetiva – Grupo IV

Segundo o Delegado da PF no Ceará, a aeronave entrou no país há alguns dias por Fortaleza e seguiu para São Paulo. O piloto espanhol (Molina) já vinha sendo monitorado pela corporação a partir de depoimentos de uma "mula" presa em Fortaleza também com drogas.

'A partir daí, tenta-se chegar ao traficante maior. Uma apreensão menor em que houve desdobramento para chegar a um grande traficante, que é esse piloto espanhol, Antonio Molina', disse.

O avião passou de volta por Fortaleza por ser esse o procedimento em casos de voos internacionais. A saída ocorre pelo local de entrada. A aeronave, conforme plano de voo apreendido pela PF, ingressaria na Europa por Lisboa, em Portugal, e seguiria para Bruxelas. O prefixo do aparelho é TC-GVA. O TC indica se tratar de aeronave turca.

A cocaína, um total de 1.304 quilos, estava distribuída em 24 malas colocadas dentro da área destinada aos passageiros da aeronave, entre as poltronas.

Os agentes entraram no avião por volta das 5h, viram o grande número de malas e começaram a fazer perguntas para o piloto espanhol, que disse inicialmente ter ido a trabalho em Guarulhos. Depois mudou a versão e disse que estava fazendo turismo em Guarulhos.

Nesse momento, conforme o delegado Ramos, os agentes da PF desceram da aeronave para telefonar para outras autoridades. Houve então a tentativa de fuga de Molina e Lopez. Os motores da aeronave foram acionados e a escada começou a ser recolhida. Os agentes da PF sacaram as armas, mandaram descer a escada e voltaram ao avião.

Começaram, então, a abrir as malas e confirmaram se tratar de cocaína. O piloto e copiloto negaram inicialmente que as malas eram deles. Na delegacia, ao serem interrogados, ficaram a princípio em silêncio. Todos afirmaram não saber de quem eram as malas. A PF, porém, tem indícios de que todos sabiam que transportavam cocaína, inclusive a mulher brasileira, que teria acolhido os espanhóis em sua residência em Fortaleza.

O Delegado da PF afirmou que as investigações vão continuar agora com cooperação internacional para tentar descobrir o destinatário da droga na Europa. No Brasil, apurações serão feitas em Ribeirão Preto para a identificação de quem embalou e colocou a droga dentro do avião.

Telefones celulares foram apreendidos, assim como a documentação e o plano de voo da aeronave. Os detidos foram encaminhados para o sistema prisional do Ceará. As embaixadas dos países foram avisadas das prisões."

Limite máximo de 90 linhas para a questão.

SEGUNDA PARTE
6 questões valendo 10 pontos cada

1. Discorrer sobre sistema acusatório, respondendo às seguintes questões:
- a) O que é sistema acusatório?
 - b) Tem previsão legal?
 - c) O que tem a ver com imparcialidade judicial?
 - d) Pode o juiz decretar prisão preventiva ou medida cautelar diversa da prisão de ofício?
 - e) Pode o juiz reconhecer qualificadoras, causas de aumento de pena e agravantes sem pedido expresso da acusação?
 - f) Pode o juiz reconhecer causas de diminuição de pena e circunstâncias atenuantes sem pedido expresso da acusação ou da defesa?

Limite máximo de 30 linhas para a questão.

2. Aborde, brevemente, o **crime político** no vigente ordenamento jurídico-penal brasileiro.

Limite máximo de 20 linhas para a questão.

3. Fiscalização realizada pela equipe da Procuradoria da República no Estado de Roraima (PR-RR), na calha do rio Uraricoera, dentro da Reserva Indígena Waikás, detectou uma balsa onde “A” e “B”, além de um terceiro não identificado (um “mergulhador” que conseguiu se evadir) executavam a extração de recurso mineral (ouro) de maneira totalmente irregular, sem qualquer respaldo legal ou administrativo. A equipe da PR-RR descobriu, ainda, no acampamento erguido pelos infratores, dentro daquelas terras indígenas, material empregado para a atividade de garimpagem, ou seja, um compressor de ar, uma balança de precisão, além de outros petrechos, apreendendo-se, também, 350 gramas de mineral (ouro) e 290,5 gramas de mercúrio metálico. Constou, ainda, da fiscalização, que o mercúrio estava oculto, junto com o ouro, em um saco plástico embaixo de uma pedra próxima ao rio.

Durante a diligência fiscalizatória, “A” ofereceu ao chefe da equipe da PR-RR todo o ouro minerado (350 gramas) para que ele fosse embora e o deixasse “trabalhar em paz”. **Ocorreu algum fato típico? Qual ou quais? Responda justificadamente.**

Limite máximo de 20 linhas para a questão.

4. Discorra, brevemente, sobre a **teoria do crime**, com a sua evolução dogmática e com os caracteres dos sujeitos ativo e passivo atualmente aceitos pela doutrina e jurisprudência.

Limite máximo de 20 linhas para a questão.

5. Explique, brevemente, a **teoria do criminoso de colarinho branco**, apontando a sua eventual pertinência etiológica no Brasil contemporâneo.

Limite máximo de 20 linhas para a questão.

6. Verse sobre a **importação clandestina de cigarro eletrônico ou vape**, analisando a possível incidência do princípio da insignificância à luz dos enunciados da 2ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF.

Limite máximo de 20 linhas para a questão.